



ANEXO VI

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS (COM OU SEM FINS LUCRATIVOS) INTERESSADAS EM FIRMAR COM O MUNICÍPIO DE BIRIGUI CONTRATO DE CREDENCIAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS DE ANÁLISES CLÍNICAS, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PRORROGÁVEIS POR IGUAIS E SUCESSIVOS PERÍODOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BIRIGUI - ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA

Pelo presente instrumento, de um lado o **Município de Birigui**, com sede à Rua _____ n.º ____, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, doravante denominada **CONTRATANTE**, representada neste ato pelo Exmo. Prefeito Municipal, o Sr. **CRISTIANO SALMEIRÃO**, portador do R.G. n.º _____, inscrito no CPF/MF sob o n.º _____, por intermédio da **Secretaria Municipal de Saúde** com sede nesta cidade, na Rua _____ n.º ____, Bairro _____, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Saúde Sr. **GILMAR TRECCO CAVACA**, portador do R.G.n.º _____, inscrito no CPF/MF sob o n.º _____; e de outro lado a empresa _____ inscrita no CNPJ sob o n.º _____, com sede na Rua _____, na cidade de _____, CEP: _____, neste ato representada por seu _____, o Sr. _____, portador da cédula de identidade RG n.º _____ e do CPF n.º _____, ao final assinado, doravante denominada **CONTRATADA**, e tendo em vista o que dispõe os artigos 196 e 200 da Constituição Federal, em especial os seus artigos 196 e seguintes; a Constituição Estadual, em especial os artigos 218 e seguintes, as Leis n.ºs 8.080/90 e 8.142/90, a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas atualizações e demais dispositivos legais e regulamentares aplicáveis à espécie, **RESOLVEM** celebrar o presente **CONTRATO** de prestação de serviços de exames laboratoriais de análises clínicas, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto da presente Chamada Pública consiste no **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS (COM OU SEM FINS LUCRATIVOS) INTERESSADAS EM FIRMAR COM O MUNICÍPIO DE BIRIGUI CONTRATO DE CREDENCIAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS DE ANÁLISES CLÍNICAS**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA QUANTIDADE DOS SERVIÇOS:

2.1. A quota definida à Contratada é de R\$ xxxx (XXXXXXX) referente a uma quantidade mensal correspondente a XXXX (XXXXXXXXXX) exames aproximadamente.

2.2. O controle da quantidade de exames que deverá a contratada realizar levará em consideração o montante em valor que fará jus mensalmente, devendo respeitar este limite para a quantidade de exames, segundo valores praticados pela Tabela de Procedimentos do Sistema Único de Saúde – SUS, salvo hipótese da cláusula 15.4 deste Contrato.



2.3. Caberá à Contratada manter controle bem elaborado da quantidade de exames já realizados no período a fim de evitar risco de ultrapassar a sua quota mensal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

3.1. Prestar os serviços objeto do presente Contrato conforme especificações do edital e seus anexos e de acordo com o estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde e em consonância com a legislação pertinente.

3.2. A mão-de-obra a ser empregada na execução dos serviços será de inteira responsabilidade da Contratada, devendo, ainda, ser de primeira qualidade, de modo a se observar acabamentos esmerados e de inteiro acordo com as especificações técnicas do edital e Anexos

3.3. A Contratada deverá fornecer a pedido da fiscalização, a qualquer momento, todas as informações relativas à execução dos serviços, sem que tal atitude implique em responsabilidade da fiscalização sobre a ação da mesma.

3.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de Habilitação e qualificação exigidas na Chamada Pública, além daquelas pertinentes a legislação trabalhista, exibindo periodicamente, a critério da Secretaria Municipal de Saúde, os comprovantes dos recolhimentos dos impostos e encargos decorrentes.

3.5. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI.

3.6. Arcar com eventuais prejuízos causados à PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato.

3.7. Arcar com todas as despesas necessárias para a prestação dos serviços, tais como: mão de obra, pagamento de seguros, impostos, taxas e demais obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista e previdenciária.

3.8. Estar ciente das condições do credenciamento, assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados e fornecer quaisquer informações complementares solicitadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

3.9. A Contratada não poderá cobrar do usuário, ou seu acompanhante, qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados nos termos deste contrato, **salvo àqueles que não se encontram descritos na Tabela de Preços praticados pelo SUS – Sistema Único de Saúde**, os quais poderão ser taxados pela Contratada, mediante prévia informação ao usuário.

3.10. Não se enquadra nos serviços relativos a este contrato o serviço de coleta domiciliar de amostras, o qual poderá ser taxado pela Contratada diante das despesas de locomoção, transporte, armazenamento, etc., e desde que informado ao usuário previamente o valor da despesa gerada, excetuando no valor desta taxa a despesa com o exame, que estando dentro do rol da Tabela SUS será arcada pelo Município.

3.11. A Contratada responsabilizar-se-á por cobrança indevida, feita ao usuário ou seu representante, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução deste contrato.

3.12. A Contratada deverá manter controle bem elaborado da quantidade de exames já realizados no período a fim de evitar risco de ultrapassar a sua quota mensal.

3.13. Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercidos pela PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI sobre a execução do objeto deste contrato, a PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI e a Contratada reconhecem a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do Sistema Único de Saúde, decorrente da Lei nº 8080/90 (Lei Orgânica da Saúde) ficando certo que a alteração decorrente de tais competências normativas será objeto de termo aditivo específico, ou de notificações dirigida à Contratada.

3.14. É de responsabilidade exclusiva e integral da Contratada a utilização de pessoal para execução do objeto deste contrato, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI ou para o Ministério da Saúde, e ainda, a prestação dos serviços ora contratados não implica vínculo empregatício, nem exclusividade de colaboração entre PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI e a Contratada.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



- 3.15. A Contratada fica exonerada da responsabilidade pelo não atendimento de usuário amparado pelo Sistema Único do Saúde, na hipótese de atraso superior a 90 (noventa) dias do pagamento devido pelo Poder Público, ressalvado as situações de calamidade pública ou grave ameaça de ordem interna ou as situações de urgência ou emergência.
- 3.16. Para o cumprimento do objeto deste contrato a Contratada se obriga a oferecer ao usuário todo o recurso necessário ao seu atendimento.
- 3.17. A Contratada deverá fornecer todos os equipamentos necessários para a realização das consultas e procedimentos objeto deste contrato.
- 3.18. A Contratada deverá notificar a PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI de eventual alteração de sua razão social ou de seu controle acionário e de mudança de sua Diretoria, contrato ou estatuto, enviando à PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI no prazo de 60 (sessenta) dias, contatos a partir da data de registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da Junta Comercial ou do Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.
- 3.19. A Contratada fica obrigada a manter atualizado o CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, principalmente em relação aos equipamentos existentes ou adquiridos disponíveis para atendimento do Sistema Único de Saúde e os profissionais de nível superior.
- 3.20. A Contratada é responsável pela indenização de dano causado ao usuário, município de Birigui e a terceiros a eles vinculados, decorrente de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurado o direito de regresso.
- 3.21. A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por defeitos relativos à prestação dos serviços, nos estritos termos do artigo 14 da Lei nº 8078, de 11/09/90 (Código de Defesa do Consumidor).
- 3.22. Para os serviços de análise realizados no próprio laboratório a Contratada deverá disponibilizar o resultado dentro de um prazo máximo de até 03 (três) dias úteis da data da coleta, salvo motivo plenamente justificado e aceito pela municipalidade que faça demandar prazo maior.
- 3.23. Para os serviços de análise que necessitam envio externos aos laboratórios de apoio de outras localidades, o prazo para disponibilização do resultado deverá ser de no máximo 10 (dez) dias úteis contados da data da coleta, salvo motivo plenamente justificado e aceito pela municipalidade que faça demandar prazo maior.
- 3.24. A Contratada deverá disponibilizar ao usuário o resultado por meios eletrônicos (internet), porém, devendo obrigatoriamente orientá-los da opção de se obter de forma impressa, fornecendo a todos que assim o requerer.
- 3.25. Os resultados dos exames também deverão estar disponíveis por meios eletrônicos (internet) a todas as unidades de Saúde do Município, por meio de uma senha única, a fim de facilitar o controle da municipalidade e dos responsáveis da saúde, visando agilidade em atendimentos que demandam checagem do histórico do paciente, bem como evitar que exames sejam realizados em duplicidade por duas ou mais credenciadas a pedido do paciente.
- 3.26. A disponibilização de uma senha única deverá habilitar todos órgãos de saúde a visualizar todos resultados, ficando a cargo de todas unidades de saúde a responsabilidade pela privacidade dos dados, isentando as credenciadas de qualquer ônus acerca da liberação das informações.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO, RENOVAÇÕES E DE SUA ASSINATURA:

- 4.1. O prazo de vigência dos contratos oriundos do credenciamento será de 12 (doze) meses, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja interesse e conveniência do Município, nos termos do que dispõe a Lei Federal nº 8.666/93.
- 4.2. A renovação contratual implica em concordância da Contratada e manutenção dos serviços a serem desenvolvidos, não podendo ela interromper as atividades de exames laboratoriais e análises clínicas durante o período avençado.
- 4.3. Poderá, entretanto, a Contratada que desejar não renovar, notificar o Município mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência ao vencimento do prazo contratual ou sua renovação, o qual será



analisada pelo Setor correspondente e após decisão publicada, estará desobrigada da continuidade dos trabalhos.

4.4. Uma vez encerrada a obrigação da Contratada que solicitou a sua retirada, será realizada nova divisão do valor da quota, alterando o valor do contrato.

4.5. Renovado o prazo do contrato à empresa Contratada restará obrigada a cumprir todas as condições da avença até a próxima renovação, quando então, se assim o desejar, poderá solicitar seu descredenciamento na forma e no prazo acima descrito.

4.6. A Contratada será convocada para assinar o contrato que advirá desta Chamada Pública, nas condições estabelecidas no presente edital e em seus respectivos anexos.

4.7. A Contratada deverá, no prazo de 05 (cinco) úteis contados da data de convocação, comparecer junto ao MUNICÍPIO DE BIRIGUI para assinatura do contrato, sob pena de aplicação das sanções previstas na presente Chamada Pública e na legislação pertinente.

4.7.1. O não comparecimento da Contratada no prazo supramencionado ensejará na aplicação de multa prevista no presente edital de Chamada Pública.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PAGAMENTOS:

5.1. A Prefeitura de Birigui fará o pagamento à Contratada mensalmente, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, mediante apresentação de relatório de todos os exames executados e respectiva nota fiscal/fatura, devidamente assinada pelo requisitante, onde deverá constar: descrição do objeto, número do respectivo empenho de acordo com Ordem de Serviço, além dos dados bancários, tudo sem quaisquer rasuras ou emendas.

5.2. Para agilidade da conferência do quantitativo, a Contratada encaminhará a cada 10 (dez) dias de serviço realizados um relatório com os exames e suas guias correspondentes, que será analisado pelo Setor correspondente da Prefeitura.

5.3. Com os três relatórios no mês, totalizando os 30 (trinta) dias de serviços executados, e aprovação dos serviços pela Municipalidade, a Contratada emitirá a referida nota fiscal/fatura para recebimento dos serviços, que não poderá ultrapassar o montante de sua quota mensal, para recebimento no prazo acima assinalado.

5.4. A Contratada deverá apresentar relatórios com a periodicidade e o formato definidos pela PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI que demonstrem de forma quantitativa e qualitativa o cumprimento do objeto do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES, ATRIBUIÇÕES E DIREITOS DO MUNICÍPIO DE BIRIGUI:

6.1. Constitui responsabilidade e direito da PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI intervir, nas hipóteses previstas em lei, quando necessário, a fim de assegurar a regularidade e o fiel cumprimento do Edital e seus anexos e das normas legais pertinentes.

6.2. Compete à PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI conferir os serviços através da fiscalização pela sua qualidade e quantidade.

6.3. Os serviços fora das especificações e condições estabelecidas serão recusados, sendo exigida a sua reparação.

6.4. Efetuar os pagamentos na data e forma pactuadas, em conformidade com as disposições editalícias.

6.5. Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com o material, mão de obra, equipamentos e acessórios utilizados na execução dos serviços, diligenciando nos casos que exigirem providências corretivas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO:

7.1. A rescisão do contrato originado da presente Chamada Pública, se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/93, e posteriores alterações, em especial quando constatado:

7.1.1. Persistência de infrações após a aplicação da multa prevista na Lei Federal n.º 8.666/93.



7.1.2. Manifesta impossibilidade por parte da **CONTRATADA** de cumprir as obrigações assumidas pela ocorrência de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

7.1.3. Interesse público, devidamente motivado e justificado pelo **MUNICÍPIO DE BIRIGUI**.

7.1.4. Demais hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93.

7.1.5. Liquidação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, ou falência da **CONTRATADA**.

7.1.6. Inobservância da boa prática na execução dos serviços.

7.2. Em caso de rescisão administrativa conforme previsto no artigo 77 da Lei Federal n.º 8.666/93, ficam desde já reconhecidos os direitos da Administração, nos moldes do inciso IX do artigo 55 do mesmo Estatuto das Licitações.

CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO E DOS REAJUSTES FINANCEIROS:

8.1. Os valores dos exames a serem praticados considerarão o praticado pela Tabela do Sistema Único de Saúde – SUS.

8.2. Por ser o valor contratual vinculado à Tabela de Preços do SUS - Sistema Único de Saúde, todo e qualquer reajustamento somente se dará no caso do Ministério da Saúde vier a alterar os valores de sua Tabela, passando a vigor o valor novo determinado pelo SUS, medida que implica desde já em aceitação tanto da Contratada como da Municipalidade.

8.3. Tal alteração não implicará em aumento ou redução do valor da quota mensal em que a Contratada terá direito.

CLÁUSULA NONA – DAS RETIFICAÇÕES OU RATIFICAÇÕES:

9.1. Toda e qualquer alteração ou modificações nas condições estabelecidas no presente contrato será feita através de termos aditivos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CONTROLE, VISTORIA, AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO:

10.1. Em atenção ao art. 67, da Lei Federal nº 8666/93, ficam definidos como gestores os servidores indicados pela Secretaria Municipal de Saúde, ou outros que venham a substituí-los para fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual, nos termos do Edital e seus Anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

11.1. Sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1.993, o credenciado habilitado ficará sujeito as seguintes penalidades:

11.1.1. Mera Advertência, por escrito;

11.1.2. Advertência por escrito com informação sobre a possibilidade da sanção de descredenciamento;

11.1.3. Descredenciamento.

11.2. Das sanções acima poderão vir cumulados, quando for o caso, ressarcimento aos usuários, acompanhantes e/ou Município de eventuais prejuízos que possa ocorrer por seu ato doloso ou culposos.

11.3. São exemplos e motivos para aplicação das sanções acima, entre outras:

11.3.1. não cumprimento das obrigações assumidas por seu credenciamento;

11.3.2. quando forem constatadas irregularidades de menor gravidade e sanáveis sem prejuízo para a Administração Municipal, para as quais tenha concorrido diretamente;

11.3.3. descumprimento de alguma cláusula deste Edital com prejuízo para a Administração Municipal;

11.3.4. detecção pela Municipalidade de resultados errôneos ou com divergência que demonstre uma disparidade gritante e aviltante com os padrões normais;

11.3.5. reiteradas reclamações de usuários contra o atendimento efetuado pela Credenciada, quanto aos aspectos de agilidade, respeito, cordialidade, orientação, atenção, e demais exigidos para execução dos serviços.

11.3.6. não antedimento do prazo de entrega dos resultados nos termos estabelecidos pelo Município;

11.3.7. cobrança de valores ou exigências fora dos padrões estabelecidos para execução dos serviços.



11.4. As sanções deverão ser sopesadas e aplicadas de forma compatível com o ato danoso, e sempre que possível ser de forma graduada da mais branda à mais onerosa à Credenciada, observado ao direito do contraditório e ampla defesa.

11.5. Quando a Credenciada sofrer sanção que implique em seu descredenciamento, às demais empresas/instituições que permanecerem contratadas com a Municipalidade será realizada nova divisão do valor da quota.

11.6. O descumprimento de obrigações assumidas em virtude do presente contrato sujeitará a Contratada às sanções e procedimentos previstos na legislação vigente e regulamentados no Decreto Municipal nº 5.385/2.015, cujo teor se encontra disponível no sítio virtual < www.birigui.sp.gov.br >, menu "Legislação", bem como neste instrumento contratual.

11.7. A recusa injustificada em assinar o contrato, por parte da licitante vencedora convocada para esse fim, caracterizará o total descumprimento da obrigação assumida, e sujeitará a infratora à suspensão de seu direito de participar de procedimentos licitatórios e ao impedimento de contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI por prazo não inferior a 02 (dois) anos.

11.8. As penalidades são independentes entre si e a aplicação de uma não exclui a das outras sendo que o total das multas não poderá exceder o montante de 20% do valor do contrato a ser firmado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO:

12.1. As despesas com os serviços realizados correrão pela(s) ficha(s) nº 463 (fonte 1) e 464 (fonte 5).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO:

13.1. O presente contrato será publicado, por extrato, no Diário Oficial do Estado, de acordo com o artigo 61, § único da Lei Federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:

14.1. Nos casos de dúvidas a respeito deste contrato e para dirimi-las, fica escolhido de comum acordo entre as partes, o FORO da Comarca de Birigui, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

15.1. À empresa Contratada, quando se fizer necessário por impossibilidade técnica/operacional, poderá subcontratar os serviços de realização exames junto a laboratórios de apoio, ficando à sua expensas essa subcontratação, devendo respeitar as condições de preços atribuídos quando da contratação.

15.2. Os serviços contratados estão referidos a uma base territorial e populacional da cidade de Birigui e serão ofertados com base nas indicações técnicas do planejamento da Secretaria de Saúde de Birigui, mediante compatibilização das necessidades da demanda e a disponibilidade de recursos financeiros da PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI.

15.3. Mediante Termo Aditivo, e de acordo com a capacidade operacional da CONTRATADA e as necessidades da PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI, as empresas Credenciadas deverão reavaliar a demanda reprimida, após o que poderão fazer acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento) nos valores limites deste contrato, durante o período de sua vigência incluída as prorrogações, mediante justificativa aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde.

15.4. A Contratada deverá possuir locais de execução dos exames em sede própria ou filial dentro do perímetro urbano desta municipalidade e esteja legalmente habilitada para tal função.

15.5. A Contratada obrigatoriamente deve ter sede ou filial no município de Birigui-SP com CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas em Birigui, sendo vedada a participação de interessados apenas com sala ou posto de coleta em Birigui.

15.6. Fica permitido a Contratada que tenha sede ou filial no município de Birigui com CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas em Birigui a instalação de Postos de Coleta em atendimento à Rede de Laboratórios Clínicos instituídos pela Portaria SAS nº 788, de 23 de outubro de 2002 e que sua Estrutura Física atenda a RDC 50/2002 ANVISA/MS.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



15.7. Caso a Contratada não possua estabelecimento dentro do perímetro urbano desta municipalidade, deverá providenciar suas instalações no prazo de 30 dias, a contar da homologação do certame, emitindo declaração de compromisso neste sentido, e juntá-la no envelope Documentos de Habilitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

16.1. Constituem, para fins de saneamento de dúvidas acerca desta contratação, parte integrante dos regramentos o Edital, e seus respectivos Anexos.

16.2. As partes contratantes, de comum acordo com os termos deste Contrato e às normas da Lei Federal n.º 8.666/93 e as condições estabelecidas no **CHAMADA PÚBLICA N.º ----/2017**, assinam o mesmo em três vias de igual teor e para um só efeito.

E por estarem as partes justas e contratadas firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma para um único efeito.

Birigui de de 2017.

CRISTIANO SALMEIRÃO
- PREFEITO MUNICIPAL -

GILMAR TRECCO CAVACA
- SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE -

CONTRATADA